

## **O SENTIDO DA REESTRUTURAÇÃO POLÍTICA**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo, 24.11.1979*

A reestruturação política em marcha hoje no Brasil deverá permitir afinal que os partidos políticos brasileiros assumam um caráter ideológico. Seu resultado a médio prazo poderá ser a formação de um novo bloco histórico identificado pela aliança entre a burguesia liberal e a esquerda democrática.

Não há dúvidas de que tendências populistas, caracterizadas pela tentativa de descaracterizar ideologicamente os partidos, continuarão a substituir. Este fato pode ser observado com clareza nas articulações políticas em marcha para a formação dos novos partidos. A começar pelo próprio partido governista, que pretende também se caracterizar como social democrata, apesar de ser dominado basicamente pela burguesia autoritária, constituída de frações da burguesia industrial mais comprometida com o atual Governo, e por toda a burguesia agrário-mercantil ainda dominante fora do centro-sul do país.

Do lado da esquerda democrática também surgem alguns problemas a complicar o quadro político. O natural seria a constituição de um grande partido da esquerda democrática, amplamente definida, constituída à base dos autênticos e não-alinhados do MDB. Entretanto, dentro desse quadro o novo PTB surge como uma espécie de cunha, na medida em que se situa à direita dos autênticos, mas à esquerda dos não-alinhados. Por outro lado o PT das lideranças sindicais situa-se claramente na mesma faixa dos autênticos do MDB.

Para a esquerda democrática é essencial, de um lado, distinguir-se da esquerda autoritária, mas este passo torna-se difícil na medida em que a direita autoritária que controla o Governo impede a legalização do Partido Comunista Brasileiro. Por outro lado, para se fortalecer é importante que ela se defina de forma ampla, abrigoando os não-alinhados, que têm dado amplas demonstrações de uma autêntica preocupação social.

A direita liberal, por sua vez, também acha-se dividida por motivos paroquiais, mineiros, entre modernos do MDB e o Partido Independente, que sairá basicamente da Arena. A direita autoritária, dominante na Arena, constitui hoje o governo. É o resultado de um amplo amálgama da burguesia especulativa, de setores da burguesia produtiva, e da tecnoburocracia. Finalmente temos os adesistas e de um modo geral os políticos fisiológicos, existentes em ambos os atuais partidos, que tenderão a se distribuir entre os novos partidos em formação, de acordo com diversos tipos de conveniência.

Estas indefinições, entretanto, não impedem que possamos discernir as tendências ideológicas da reestruturação política em marcha. Conforme já foi sugerido pela análise anterior, podemos distinguir as seguintes tendências ideológicas significativas dentro do quadro político brasileiro: uma esquerda autoritária, definida pela tese marxista-leninista da ditadura do proletariado; uma esquerda democrática, definida por uma combinação de socialismo marxista e cristão com os ideais democráticos de extração burguesa; uma burguesia liberal; uma burguesia autoritária, ainda que procurando revestir-se de propósitos democráticos.

A esquerda autoritária tem como matriz fundamental o Partido Comunista Brasileiro. Seu autoritarismo está hoje muito abrandado, seja pelas tendências euro-comunistas nela existentes, seja pelo fato de o PCB constituir-se claramente no setor mais moderado do que poderíamos chamar a extrema esquerda. Sua legalização é importante, seja como medida de aperfeiçoamento democrático, seja para permitir um mínimo de transparência para as tendências ideológicas hoje existentes no país.

A esquerda-democrática será constituída fundamentalmente pelo novo MDB, ao qual se somarão, eventualmente dividindo, o PTB e o possível PT. O que caracteriza a posição de esquerda é o reconhecimento da luta de classes, o socialismo como objetivo, a proposta de uma distribuição de renda decididamente mais igualitária, o controle público das grandes empresas, o caminho na direção da co-gestão e, portanto do controle dos processos de trabalho pelos próprios trabalhadores. O aumento da participação do estado na economia, especialmente como estado produtor, já não define a esquerda, na medida em que está vem verificando que o estatismo, que surge com o processo de aumento da participação do estado na produção e com o crescimento da classe tecnoburocrática estatal, é o grande inimigo ou o grande desvio do socialismo.

Esta definição ampla da esquerda democrática permite que dela participem não só os trabalhadores, a média tecnoburocracia estatal e privada, mas também amplos setores da média burguesia que desvinculam-se parcialmente de seus interesses de classe em função de toda a crítica social e política de que tem sido alvo o capitalismo no último século e meio.

A direita liberal, que empreende os moderados do MDB e os independentes da ARENA, tem em comum com a esquerda democrática a defesa da democracia. Pretende, entretanto, conservar em longo prazo o regime capitalista. Subordina a distribuição de renda à acumulação de capital. É radical na sua oposição ao estado produtor, só admitindo o estado como regulador da economia. Acredita que o mercado tem condições básicas de controlar a economia. Adota uma retórica de defesa de pequena e média empresa. Não se constitui um “centro” porque, a rigor, o centro é uma ficção. Existe uma esquerda moderada, reformista, como existe uma direita liberal.

A direita liberal é o campo específico da burguesia industrial progressista. Setores médios da tecnoburocracia também influem para essa orientação, embora a tecnoburocracia tenda a possuir uma disponibilidade ideológica muito grande, ajustando-se às mais diversas orientações enquanto a burguesia é a classe dominante.

A direita autoritária abrange a maioria da Arena. Sua retórica é obviamente democrática, mas está sempre disposta a sacrificar a democracia em nome da segurança nacional e do capitalismo. Está não apenas a serviço da acumulação privada de capital mas também do lucro especulativo, mercantil ou financeiro. Apóia-se na burguesia industrial e principalmente na burguesia mercantil e financeira, de caráter especulativo. Sua oposição à intervenção do estado é mais retórica do que real, na medida que aprova todas as intervenções que tenham como objetivo subsidiar, estimular de qualquer forma a acumulação e a especulação privada. Inclui-se na direita autoritária, mas dela pode ser distinguida, uma direita fascista, na qual a eventual retórica democrática é estritamente formal.

A redemocratização do país, ainda pela metade, depende obviamente do fortalecimento da esquerda democrática e da direita liberal. No caso de uma aliança entre estas duas tendências, obviamente será possível a conquista do poder no país. Dado o caráter burguês (produtivo e não especulativo) da direita liberal e a existência de amplos setores dessa burguesia na esquerda democrática, a hegemonia continuará burguesa. Deixará,

entretanto, de ser o produto de uma aliança entre a burguesia produtiva e a especulativa, entre a burguesia industrial e a mercantil, para ser uma aliança da burguesia produtiva com os trabalhadores.

O crescimento da importância da burguesia produtiva no Brasil aponta nessa última direção. Para assumir a efetiva hegemonia política ela terá que continuar a aprofundar o rompimento de sua aliança não apenas com a alta tecnoburocracia estatal, mas também com a burguesia especulativa, dado o caráter fortemente autoritário desta última. A aproximação com os trabalhadores é, neste caso, a alternativa óbvia. Não se trata, naturalmente, de reproduzir o pacto populista, mas de imaginar uma aliança política em que os trabalhadores e as esquerdas em geral tenham uma voz efetiva.(24/11)